

## MOVIMENTO HIPPIE E AS MULHERES NA DÉCADA DE 60 E 70, O ENSINO E SEUS SIGNIFICADOS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA. \*

SILVA, André Candido \*\*

A década de 1960 é marcada pelo surgimento de inúmeros movimentos sociais, fatos estes que fizeram parte da cultura da nossa sociedade e, portanto são assuntos primordiais a serem discutidos em sala de aula. Conforme Eric Hobsbawm (*apud* PINSKY e PINSKY, 2007, p. 19) “‘Ser membro da comunidade humana é situar-se com relação a seu passado’, passado que ‘é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e padrões da sociedade’”.

O pós Segunda Guerra mundial é marcado pela efervescência cultural e pelo surgimento de movimentos sociais que retratam este período histórico em que a sociedade, principalmente os jovens buscam por mudanças por meio destas manifestações, tais como: Movimento *Hippie*<sup>1</sup>, Estudantis, Trabalhadores e Manifestações Feministas. Portanto, destacaremos a relevância do movimento hippie e a representação das mulheres, bem como os movimentos feministas, pois acreditamos que estes marcaram profundamente a época no âmbito da História Social e Cultural.

Monteiro (2002) afirma que ocorreram algumas mudanças na sociedade a partir da década de 60, devido ao “Movimento *Hippie*”. Esse movimento caracterizou-se pelo apelo feito para o fim das guerras, causando uma verdadeira revolução nos costumes tradicionais, levantando-se as bandeiras de paz e amor, aliando-se a maneiras naturais de viver e de vestir-se. Neste instante podemos observar que as alterações de comportamentos destes jovens, estão baseadas em manifestações radicais à revolução industrial e a sociedade capitalista, onde, a autora Denise Oliveira Gonçalves<sup>2</sup> afirma,

Essas críticas dos padrões ocidentais foi veiculada, em grande medida, através da composição indumentária adotada pelo movimento *hippie* e, em decorrência disso, a roupa, num primeiro momento, representou um código de identidade do movimento e de contestação de valores conservadores legitimados pela sociedade capitalista ocidental.

---

\* Artigo produzido para apresentação no X Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Simpósio Internacional de História e XIII Semana de História da UFMS/CPTL – “As muitas (in) dependências das Américas: dois séculos de História”, em co-autoria com Losandro Antonio Tedeschi.

\*\* Acadêmico do 3º ano do Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bolsista de Iniciação Científica pelo programa PIBIC/CNPq-UFGD sob a Coordenação do Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi.

<sup>1</sup> Movimento jovem de protesto que surgiu nos E.U.A. na década de 1960.

<sup>2</sup> GONÇALVES, Denise Oliveira. **Avesso e Direito: Movimento Hippie e Mercado Cultural da Moda**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Porém, à medida em que os produtos culturais característicos do movimento *hippie* vão sendo massificados pelo mercado cultural, eles perdem sentido enquanto código contestatário, uma vez que ficam irremediavelmente vinculados a uma essência que antes rejeitavam: a lógica da sociedade de consumo. (GONÇALVES, 2007, p. 9)

Segundo a autora, a partir da metade do século XX, o movimento *hippie*, foi constituído como algo alternativo, contra os padrões determinados pela sociedade capitalista e industrial. No entanto, “os mecanismos da moda e a indústria cultural transformaram os estilos de contestação (como o dos *hippies* e dos *punks*) em mercadorias exóticas a serem consumidas em larga escala” (TRINCA, 2004, p. 2).

Ana Alice Alcântara Costa<sup>3</sup>, os movimentos feministas no Brasil e também no mundo, mudaram não somente em relação aos movimentos emancipacionista do século XIX, mais sim, principalmente os acontecimentos após os anos 1960 até meados da década de 1990. A autora afirma que

Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz. (COSTA, 2005, p. 09)

Segundo Rachel Soihet<sup>4</sup>, esses movimentos feministas que surgem a partir da década de 1960, foi um grande avanço para o surgimento da História das Mulheres, principalmente no ensino superior. Devido a estes movimentos deu-se “as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas” (SOIHET, 1997, p. 276). Eric Hobsbawm<sup>5</sup> acrescenta que neste período, em meio aos movimentos, as universidades tiveram um grande aumento em vários países, caracterizando assim um avanço nas conquistas e independência para o poder político e social, onde,

Essas massas de rapazes e moças e seus professores, contadas aos milhões ou pelo menos centenas de milhares em todos os Estados, a não ser nos muito pequenos e excepcionalmente atrasados, e concentradas em *campi* ou “cidades universitárias” grandes e muitas vezes isolados, constituíam um novo fator na cultura e na política. Eram transnacionais, movimentando-se e comunicando idéias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e provavelmente estavam mais à vontade com a tecnologia das comunicações que os governos. (HOBSBAWM, 1995, p. 292)

---

<sup>3</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes**. 2005. p. 09.

<sup>4</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>5</sup> HOBSBAWM, Eric. Revolução Social. In: **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

Os estudos acerca da História das Mulheres, em meio aos movimentos feministas da época, segundo Soihet, foram de grande importância para o campo de estudos sobre as mulheres, melhoria nas campanhas destes movimentos e também na expansão dos limites da historiografia. Para afirmar, a autora menciona a abordagem da autora Joan Scott a respeito da História das Mulheres,

Joan Scott enfatiza a importância das contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista. Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as ‘mulheres’ como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em contextos e papéis diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se alterava. Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970. (SOIHET, 1997, p. 277)

Segundo Soihet, a opressão da mulher na história iniciou-se na década de 1940, onde se articula sobre a marginalização da mulher na historiografia, possivelmente, pelo fato de a maioria dos historiadores serem homens, causando assim, a sua exclusão da sociedade. Muito se discutiu sobre a restrição da mulher na sociedade, até na década de 1970, aparece o termo de “mulher rebelde” devido às imposições patriarcais sobre as mulheres, na qual, “sucedem ‘mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas...’” (SOIHET, 1997, p. 278). A autora cita uma passagem da autora Simone de Beauvoir em relação à mulher a beira da sociedade,

Simone de Beauvoir, em sua pioneira obra, *O segundo sexo*, assume postura similar à de Hexter, ao argumentar que a mulher, ao viver em função do outro, não tem projeto de vida própria; atuando a serviço do patriarcado, sujeitando-se ao protagonista e agente da história: o homem. (SOIHET, 1997, p. 278)

A história, em qualquer de seus tempos, é marcada pelo horror dos homens às mulheres que, dedicando-se ao saber, almejam o controle do conhecimento: nada melhor do que domesticá-las pela sensibilidade, dominá-las pela própria imagem. A herança do discurso filosófico, por exemplo, é um marco do confinamento das mulheres aos discursos da “natureza feminina”. Sócrates - esse filho de parteira – por exemplo, sabia de seu poder e de sua ameaça (a ameaça política que implica a defesa de direitos) e, por isso, copia-lhes, num gesto de curiosa inveja, o procedimento corporal do parto elevando-o a método: a maiêutica é o parto das idéias, do poder de narrar e explicitar que cabe aos homens, enquanto às mulheres cabe o parto do corpo. Essa superação revela-se, após uma longa história de argumentos, de crítica e desconstrução desses discursos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Ver: TEDESCHI, Losandro Antônio. **Historia das Mulheres e as representações sobre o feminino**. Campinas: Ed. Curt. Nimuendaju, 2008.

Seria interessante pensar como a crítica produzida pelo movimento feminista têm repercutido na reflexão historiográfica. A emergência de novos temas, de novos objetos e questões, especialmente ao longo da década de setenta deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, inicialmente a partir das reflexões da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política. Este quadro ampliou-se, posteriormente, com a explosão dos temas femininos da Nouvelle Histoire, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, da vida privada, etc<sup>7</sup>.

É claro que muitos discordarão da divisão sexual dos temas históricos acima proposta, já que há muitas outras dimensões implicadas na ampliação do leque temático, principalmente a crise dos paradigmas na própria ciência e a redescoberta da Escola dos Annales. Entretanto, poucos poderão negar que a entrada desses novos temas se fez em grande parte pela pressão crescente das mulheres, que ocuparam espaços no meio acadêmico nas universidades e criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa, a partir dos anos setenta<sup>8</sup>, sendo referências na atualidade sobre a temática.

Diante destes fatos, em meio aos movimentos feministas, Hobsbawm enfatiza que a partir da década de 1970, os estudos sobre as mulheres, de caráter político e ideológico, que fazem “relações entre os sexos deveriam se categorizados como gênero” (HOBSBAWM, 1995, p. 306), porém foi Scott quem teorizou sobre a categoria Gênero primeiramente. O termo “gênero” foi utilizado por feministas americanas devido às ondas de manifestos feministas, Soihet conceitua,

A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis aos homens e às mulheres. (SOIHET, 1997, p. 279)

A respeito da Historiografia das Mulheres, durante estes movimentos as décadas de 1960 e 1970, abrangem o desenvolvimento às pesquisas em variados temas, como: trabalho, família, sexualidade e corpo. Abordagens que repercutem em metodologias que contribuí para os estudos históricos femininos e os respectivos movimentos.

No tocante às pesquisas sobre a ação e luta das mulheres, configuram-se duas vertentes. Uma preocupada com os movimentos organizados com vistas à conquista de direitos de cidadania – os movimentos feministas – e a outra com manifestações informais que se

---

<sup>7</sup> RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. IN: PEDRO, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998

<sup>8</sup> Para citar alguns no Brasil: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero na UNICAMP, IEG – Instituto de Estudos de Gênero na UFSC, CEPIA – Cidadania, educação, pesquisa e ação – RJ, SOSCorpo – Recife, CFEMEA, etc..

expressam em diferentes formas de intervenção e atuação femininas. (SOIHET, 1997, p. 281)

Segundo a autora, a primeira vertente sobre as lutas das mulheres em meio a estes movimentos feministas, apresenta como método, uma descrição das mulheres passíveis, dóceis e sem iniciativa, relatando as mulheres deste período. A partir de alguns enfoques, a autora afirma que algumas mulheres tiveram sua exceção e que se destacaram no campo da política, cultura ou da religião, método utilizado por feministas durante o século XIX. Assim, algumas autoras, por meio dos estudos históricos, afirmam que as mulheres tinham a mesma capacidade que os homens e, portanto são contribuidoras para a construção da história.

Soihet menciona em relação às reivindicações feministas por direitos sociais, políticos, em especial, a respeito da maternidade, manifestações estas feitas por mulheres pobres e de classes inferiores, pois a princípio, são mulheres trabalhadoras, mães, que reivindicam o direito a uma renda, que as subsidiem ao seu período de gestação e os primeiros anos de seus filhos. A autora aborda que estas manifestações feministas, no período de 1960, não retomaram a essas reivindicações, pelo fato de não obterem a vitória da respectiva luta. No entanto, “Hoje, a libertação, a justiça e a igualdade são pensadas mais em termos de uma ação positiva no domínio profissional e da divisão das tarefas domésticas com os homens, do que com o ‘reconhecimento público da maternidade como função social’”. (SOIHET, 1997, p. 282)

A segunda vertente, analisada pela autora, destaca sobre o surgimento da História Social e História Cultural, em relação às manifestações públicas que foram desconsideradas, ressaltando as resistências femininas. Esta análise aborda a questão das mulheres que se aproveitava de suas inferioridades e histerias para obter liberdade e poder nesses movimentos feministas. Soihet argumenta a respeito destes fatos, que caracterizavam as mulheres como marginais e oprimidas,

No Brasil, alguns estudos buscam exumar as formas sub-reptícias assumidas pelas mulheres face à opressão que sobre elas incidia. Nessa perspectiva destaca-se o estudo de Silva Dias, *Cotidiano e poder em S. Paulo no século XIX*, no qual procura reconstruir a história das mulheres que aí viviam, durante o incipiente processo de urbanização do período. [...] Igualmente, no meu trabalho, *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana* são inúmeras situações apresentadas nas quais se evidenciam as iniciativas e estratégias de resistência das mulheres pobres no Rio de Janeiro, entre 1890 e 1920. (SOIHET, 1997, p. 283)

A autora ainda menciona sobre a exclusão das mulheres da sociedade, principalmente no âmbito do trabalho, em específico nos sindicatos trabalhistas que muitas vezes, era o local de reuniões para os homens, e nisso, eles perderiam sua liberdade com a

presença da mulher, segundo Soihet, alguns historiadores das mulheres comentam essa exclusão,

Alice Kessler-Harris mostra que muitos sindicatos funcionaram como clubes masculinos, cujos membros consideram que a presença feminina impediria sua liberdade. E o assédio sexual, tanto por parte de supervisores quanto dos colegas de trabalho, constituiu uma séria afronta que as mulheres trabalhadoras tiveram que suportar e que contribuiu para que se tivessem indesejadas nos “espaços dos homens”. (SOIHET, 1997, p. 286)

De acordo com Eric Hobsbawm, na classe operária houve uma grande mudança, pois, com a divisão de trabalhos entre homens e mulheres, alguns setores como o setor de vestiário, escritórios e serviços assistenciais, foram totalmente estabelecidos como serviços femininos,

A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas e certos tipos de serviço, por exemplo em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado, e essas ocupações terciárias se expandiram e incharam à custa (relativa e por fim absolutamente) dos setores primários e secundários, quer dizer agricultura e indústria. Na verdade, o aumento do setor terciário foi uma das tendências mais impressionantes do século XX. (HOBSBAWM, 1995, p. 304)

Segundo Hobsbawm, os movimentos feministas diante suas lutas e manifestações em favor aos seus direitos ao voto, mercado de trabalho, estudos históricos no ensino superior, não foram reivindicações que tiveram resultados rápidos, mas, essas mudanças foram surgindo gradativamente, diante aos esforços das mulheres e persistência em seus manifestos.

Contudo, essas mudanças não foram conseguidas por pressão feminista nem tiveram qualquer repercussão notável imediata sobre a situação das mulheres; mesmo nos relativamente poucos países onde o voto tinha efeito político. No entanto, a partir da década de 1960, começando nos EUA, mas espalhando-se rapidamente pelos países ricos do Ocidente e além, nas elites de mulheres educadas do mundo dependente –, encontramos um impressionante reflorescimento do feminismo. (HOBSBAWM, 1995, p. 306)

Além disso, Hobsbawm afirma que esses movimentos feministas que causou a libertação feminina, as suas auto-afirmações diante suas reivindicações no âmbito social, ocasionou uma grande revolução na questão moral e cultural, causando uma série de mudanças, diante aos valores que a sociedade julgava ser tradicionais. Conforme Trinca (2008), os valores que são considerados tradicionais pela sociedade devido ao estilo de vida do *american way of life* adotado nos Estados Unidos nos anos 60, foram adotados pelas manifestações feministas e jovens da época, representações de roupas e atitudes pouco convencionais.

O movimento da contracultura inaugurou uma antimoda, opondo-se aos padrões orquestrados pela obsolescência da moda até aquele determinado momento, rompendo igualmente com os paradigmas tanto da Alta Costura - consagrada por famosos costureiros -, como dos industriais do *prêt-à-porter*, que de forma incipiente, iniciavam, naquele período, um outro rumo de comercialização das indumentárias. (TRINCA, 2004, p. 2)

Segundo Laraia (2006) os padrões culturais determinados pelas sociedades, podem-se compreender o condicionamento depreciativo e preconceituoso que cada indivíduo possui, diante a uma cultura fixada como diferente, além da normalidade. A respeito de padrão cultural, representado como uma forma de padronização por meio de “sistema cultural”,

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante. (LARAIA, 2006, p. 67)

Analisando a seguinte afirmação, o autor nos faz refletir sobre ao movimento *hippie*, que, esses jovens participantes deste ato revolucionário contra ao capitalismo, não eram bem vistos pela sociedade tradicional. Essa sociedade reprovava todos esses modos e comportamentos que este movimento estava proporcionando em causar a diferença, classificando-os de maneira totalmente depreciativa. Hobsbawm argumenta a respeito dessas atitudes dos jovens,

A radicalização política dos anos 60, antecipada por contingentes menores de dissidentes culturais e marginalizados sob vários rótulos, foi dessa gente jovem, que rejeitava o status de criança e mesmo de adolescentes (ou seja, adultos ainda não inteiramente amadurecidos), negando ao mesmo tempo humanidade plena a qualquer geração acima dos trinta anos de idade, com exceção do guru ocasional. (HOBSBAWM, 1995, p. 318)

Conforme Trinca (2004), diante a esta revolução que persistiu no final dos anos 60, de certa forma questionou-se a representação cultural até então existente. Por meio das roupas consideradas convencionais para época, em um momento de abalo e rompimento das diferenças, não somente entre as roupas masculinas e femininas, mas em outros contextos sociais, como por exemplo, em relação aos cabelos<sup>9</sup>, a inclusão do *jeans*<sup>10</sup>. A autora afirma que

---

<sup>9</sup> “os homens só usavam cabelos curtos e só uma pequena parcela das mulheres ousavam cortar seus longos cabelos”. (TRINCA, 2004, p. 4)

<sup>10</sup> “Criando por Levi Strauss, para uso exclusivo dos mineradores americanos em forma de calças, em 1873” (MONTEIRO, 2002. p. 30)

Durante muito tempo a questão da moda viu-se atrelada à idéia específica de distinção de classes sociais. Certamente a roupa pode assumir essa função distintiva, ao diferenciar os sexos, a faixa etária, os comportamentos de grupos, etc., porém, em muitas situações, a vestimenta é utilizada para esconder, camuflar e enganar, servindo, portando, para dissimular uma série de características. (TRINCA, 2004, p. 2)

Segundo Hobsbawm, podemos observar a respeito dessa alteração cultural entre os jovens, durante estes movimentos que acerca o final dos anos 1960, a questão do *jeans*, que a principio até os anos 1950, era uma vestimenta utilizada somente pela classe dos operários e por presidiários. Contudo, diante a revolução cultural que engloba uma série de mudanças nas atitudes dos estudantes, nos estilos musicais, os trajes começou a ser utilizado pelos jovens estudantes, rapazes e moças. O autor faz a seguinte abordagem,

O *blue jeans* e o *rock* se tornaram marcas da juventude “moderna”, das minorias destinadas a tornar-se majorias, em todo o país onde era oficialmente tolerados e em alguns onde não eram, como na URSS a partir da década de 1960 (Star, 1990, capítulos 12 e 13). Letras de *rock* em inglês muitas vezes nem era traduzidas. Isso refletia a esmagadora hegemonia cultural dos EUA na cultura popular e nos estilos de vida, embora se deva notar que os próprios núcleos de cultura, sobretudo em seus gostos musicais. Acolhiam estilos importados do Caribe, da América Latina e, a partir da década de 1980, cada vez mais, da África. (HOBSBAWM, 1995, p. 320)

Entretanto, a relação do movimento *hippie* perante esta sociedade, distingue-se que após o final dos anos 60, esta maneira de viver por essa geração de jovens era totalmente reprovado pelos mais velhos e principalmente os grupos burgueses, sob os olhares da sociedade tradicional, contra essa explosão cultural, devido ao desvio dos padrões culturais e sociais, eram denominados como pobres. Corrêa (1989) considera que

[...] tem sido a um só tempo a condição de rompimento com os padrões estabelecidos e o veículo de disseminação desse rompimento transformado em outro padrão. Foi o caso não apenas dos adornos e das roupas adotadas pelos *hippies*, mas também dos cabelos e das roupas adotadas pelos *punks*. Esse processo de transformação daquilo a que nos referimos como resistência a um novo padrão (ampliando as fronteiras e modificando os sentidos das convenções) é a condição que diferencia dos demais produtos o vestuário enquanto produto de simples consumo. E, no exato momento em que esse vestuário é parte de uma elaboração maior, cuja significação na produção em série dimensiona não apenas um consumo de roupa senão principalmente o que a roupa representa, deparamo-nos com o fenômeno da moda. (*apud* TRINCA, 2008. p. 5)

Segundo Laraia (2006), a cultura entre “nós e os outros” difere em questão da dualidade dentro da sociedade, dividindo-se em parentes e não-parentes, definindo assim a uma divisão, onde, esses primeiros são destacados como os melhores, resultando, “a dicotomia para o plano extragrupal resulta nas manifestações nacionalistas ou formas mais extremadas de xenofobia” (LARAIA, 2006, p. 73). Ainda a respeito do diferente em nossa

sociedade, afirma que “o costume de discriminar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma sociedade” (LARAIA, 2006, p. 74).

Conforme o autor, podemos compreender que “se o professor é o elemento que estabelece a intermediação entre o patrimônio cultural da humanidade e a cultura do educando, é necessário que ele conheça, da melhor forma possível tanto um quanto outro” (PINSKY e PINSKY, 2007, p. 23). Contudo, é necessário que o professor, no uso de suas atribuições e de seu papel na sala de aula, esteja atento às atualizações referente à sua área de atuação, e mais que isso, ter a noção sobre a sua própria cultura e de seus alunos, respeitando as diferenças, passando para esses alunos, a relevância dessas diferenças entre as culturas de nossa sociedade. Para afirmar, o autor menciona que,

O professor precisa conhecer as bases de nossa cultura: as formas de organização das sociedades humanas, a evolução das civilizações, as cidades-estado da Antiguidade, a Revolução Francesa, a escravidão do Brasil, o desenvolvimento do capitalismo, os movimentos sociais, as condições de vida das populações no passado, sua cultura material e suas idéias, a música de Beethoven, o cinema de Charlie Chaplin, a literatura de Machado de Assis e por aí a fora. (PINSKY e PINSKY, 2007, p. 23)

Contudo, a autora Valeska Fortes de Oliveira<sup>11</sup>, aborda uma perspectiva em relação ao estudo de história, a partir de um método interdisciplinar, onde o professor poderá sugerir aos alunos, alguns métodos de pesquisa, para que seja desenvolvido em sala de aula. Em relação aos movimentos sociais e culturais, o professor poderá utilizar uma didática que envolva a partir da nossa cultura e cultura do outro, assim, despertando a curiosidade do aluno para o conhecimento. Nesta perspectiva, o professor poderá compartilhar um processo criativo entre os alunos, onde,

Esta prática mobiliza porque envolve, significativamente, os estudantes no processo de ensino: a pesquisa que fazem, os lugares, as paisagens, os costumes e as culturas que visitam para compartilhar com o resto da turma, pode ainda ser teatralizada, desenvolvendo assim, a dimensão cênica dos estudantes, tão pouco trabalhada pela escola. (OLIVEIRA, 2007, p. 38)

O educador é o personagem fundamental para que o aluno absorva esse aprendizado, por isso é necessário que o professor conheça a sua cultura e miscigenações culturais entre os seus alunos, pois assim, obterá melhores resultados no seu trabalho. Diante deste marco histórico, o movimento *hippie*, as manifestações feministas e outros movimentos da época, são temas de grande relevância para o ensino de história, o professor poderá abordar em suas aulas essa cultura, objetivando a reflexão de seus alunos a respeito do nosso passado

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Práticas do Ensino de História: entre saberes e sabores. In: JESUS, Nauk Maria; CERZER, Osvaldo Mariotto; RIBEIRO, Renilson Rosa (Orgs.). **Ensino de História: trajetórias em movimento**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2007.

e sobre a diversidade cultural entre os povos e sociedades, presentes inclusive no cotidiano e relações sociais destes. Conforme Pinsky e Pinsky (2007) menciona,

Nosso aluno, cada aluno, tem de se perceber como um ser social, alguém que vive numa determinada época, num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos. Ele precisa saber que não poderá nunca se tornar um guerreiro medieval ou um faraó egípcio. Ele é um homem de seu tempo, e isso é uma determinação histórica. Porém, dentro do seu tempo, dentro das limitações que lhe são determinadas, ele possui a liberdade de optar. (PINSKY e PINSKY, 2007, p. 28)

O movimento *hippie* destaca-se como uma das manifestações de grande relevância para a cultura e para a sociedade, mesmo que, diante aos preconceitos, discriminações e imposições por parte de uma sociedade tradicional e de valores a serem preservados. Impossível negar a relevância dos movimentos sociais, como a Cultura *hippie* e os Movimentos Femininos, que embora tenham sofrido preconceitos e discriminações, possibilitaram conquistas na sociedade, das quais todos na contemporaneidade se utilizam, mesmo que inconscientemente.

A representação da mulher diante a estes movimentos no respectivo período, foram grandiosas, mulheres que nunca desistiram de manifestar em público e lutar contra a opressão e exclusão feminina na sociedade. Esses movimentos feministas repercutiram, pois, diante a uma sociedade dominada pela representação masculina, patriarcal, as mulheres vem conquistando seus direitos, sua independência, e seu espaço perante a família, a sociedade e no trabalho. As revoluções femininas, conforme alguns autores e autoras aqui citadas reivindicaram arduamente pela liberdade do seu próprio corpo, assim, inaugurando as pílulas contraceptivas, possibilitando a libertação sexual para as mulheres, conseqüentemente, dando-as o poder de optar pela maternidade ou não.

Por meio das vestimentas, a sociedade era classificada, de acordo com os autores mencionados, pela sua origem, posição social, cultural e definia o meio que os indivíduos ocupavam na sociedade. No entanto, as explosões dessas diversidades culturais, alteraram os comportamentos dos jovens da época, causando bastante preocupação entre os pais, com seus filhos utilizando roupas que eram consideradas nada tradicionais para época, as moças que cortavam seus cabelos e utilizavam calças *jeans* e mini-saias, os rapazes que deixaram seus cabelos e barbas crescerem, era o momento de revolução social e cultural, onde os olhares da sociedade tradicional e conservadora julgavam o “diferente” como atitudes marginalizadas.

A partir desses acontecimentos históricos, o professor poderá tratar de vários aspectos na sala de aula, levando aos alunos, boa parte deste contexto que envolve o

movimento *hippie*, as manifestações femininas e outras movimentações sociais que foram fatos relevantes que podem ser tratados, tais como: Revolução Industrial, Capitalismo e suas conseqüências e até mesmo, sobre a Cultura, mediante a nossa sociedade.

A adoção da categoria gênero nos espaços universitários e escolares implica em ações teóricas e práticas para o campo do cotidiano do fazer historiográfico. Lança-nos um desafio sobre as narrativas da constituição dos sujeitos na história, descobrindo os discursos da dominação masculina e as estratégias de “poder simbólico” exercida sobre as mulheres, e a forma como elas consentem as representações dessa diferença, nunca incorporadas de uma forma clara e absoluta, mas com divergências e manipulações.<sup>12</sup>

### **Referências:**

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes**. 2005. p. 09. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>. Acesso em: 20/04/2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galharda. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GONÇALVES, Denise Oliveira. **Avesso e Direito: Movimento *Hippie* e Mercado Cultural da Moda**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, UFU, Uberlândia. Disponível em: [http://www.bdtu.ufu.br/tde\\_arquivos/16/TDE-2007-10-17T134259Z-691/Publico/DOGoncalvesDISPRT.pdf](http://www.bdtu.ufu.br/tde_arquivos/16/TDE-2007-10-17T134259Z-691/Publico/DOGoncalvesDISPRT.pdf). Acesso em: 20/11/2009.

HOBSBAWM, Eric. Revolução Cultural. In: **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

\_\_\_\_\_. Revolução Social. In: **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MONTEIRO, Giovani Siqueira. **O desenho como elemento gráfico na criação da roupa**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Artística – Habilitação Desenho), Universidade da Amazônia, Belém. Disponível em: [http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/monografias/o\\_desenho\\_como\\_elemento.pdf](http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/monografias/o_desenho_como_elemento.pdf). Acesso em: 21/11/2009.

---

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro. **História na sala da aula: conceitos, práticas e propostas**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Práticas do Ensino de História: entre saberes e sabores. In: JESUS, Nauk Maria; CEREZER, Osvaldo Mariotto; RIBEIRO, Renilson Rosa (Orgs.). **Ensino de História: trajetórias em movimento**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2007.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SUTIL, Nair. **Fronteiras do corpo e da fala: ‘transgressão’ feminina e ditadura militar no Brasil**. In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST32/Nair\\_Sutil\\_32.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST32/Nair_Sutil_32.pdf). Acesso em: 18/04/2010.

TRINCA, Tatitane Pacanaro. **Moda e Contracultura: uma relação paradoxal**. In: “A moda como expressão de uma necessidade socialmente construída e sua relação paradoxal com o estilo *hippie* nos anos 60”. UNESP. Marília, 2004.